A C Ó R D Ã O N° 31.933
(Processo nº 2000/51827-5)

Assunto: Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de DOM ELISEU
(Convênio IPASEP s/nº e seus Termos Aditivos)

Responsável: Sr. ANTONIO JESUS DE OLIVEIRA, Ex-Prefeito

Relator: Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMENTA: “Hão de ser consideradas irregulares as contas em julgamento, com devolução de valor e multa regimental a serem recolhidos no prazo de 30 dias a contar da publicação da decisão”.

Relatório do Exmo. Sr. Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE:

1. Cuida o presente processo da tomada de contas referente ao Convênio de Colaboração Técnica e Financeira s/nº/97, no valor de R\$ 17.180,00, firmado entre o IPASEP e a Prefeitura Municipal de D. Eliseu, visando a prestação de serviços de assistência previdenciária social e médica, a nível ambulatorial, aos beneficiários do IPASEP, sob a responsabilidade do Sr. ANTÔNIO JESUS DE OLIVEIRA - ex-Prefeito.

2. O DCE, por meio da 6ª. Controladoria, às fls. 161 a 163, demonstra que, do montante repassado, no valor de R\$ 17.180,00, apenas a despesa

correspondente a R\$ 11.387,00, encontra-se comprovada nos autos, em virtude do que conclui pela irregularidade das contas, devendo o responsável pelas mesmas comprovar o recolhimento do saldo remanescente, no valor de R\$ 5.793,00, sem prejuízo da aplicação de multas regimental que o caso enseja.

3. O Ministério Público, em parecer assinado pela Doutora Subprocuradora ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (fls. 170), concorda com as conclusões antes expressas.

4. Citado o responsável (fls. 167/168), este não apresentou defesa, nem documentos.

É o Relatório.

V O T O :

Julgo as contas **irregulares**, devendo o responsável Sr. Antônio Jesus de Oliveira, ex-Prefeito, recolher o saldo do Convênio, no valor de R\$ 5.793,00, com multa que lhe é aplicada, no valor de R\$ 300,00, a qual deverá ser recolhida no prazo de trinta (30) dias. Em caso de não cumprimento desta decisão, os autos deverão ser encaminhados ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, julgar **irregulares** as presentes contas, devendo o responsável recolher aos cofres estaduais o saldo do convênio na importância de

R\$ 5.793,00 (cinco mil, setecentos e noventa e três reais), no prazo de trinta (30) dias mais a multa correspondente a R\$ 300,00 (trezentos reais), por não ter apresentado a competente prestação de contas. Em caso de não cumprimento desta decisão, os autos deverão ser encaminhados ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Plenário Conselheiro “Emílio Martins”, em 18 de dezembro de 2001.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
HAMOUCHE

Presidente

ELIAS NAIF DAIBES

Relator

FERNANDO COUTINHO JORGE

ANTONIO ERLINDO BRAGA
Auditor Convocado

Presente à Sessão: o Procurador-Chefe Dr. Antonio Maria Filgueiras Cavalcante.

EFS/0179630